**Roteiro para preenchimento das rubricas**

**Inicialmente, cabe esclarecer que esse roteiro é para esclarecimentos a respeito o preenchimento da ficha financeira quando se tratar de aposentadoria com paridade com proventos proporcionais ou pensão civil com paridade oriunda de aposentadoria com proventos proporcionais.**

**Atos de aposentadoria**

Segundo Súmula TCU 266, as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos "Quintos" e a vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990.

Portanto, tratando-se de parcelas remuneratórias classificadas para fins de análise do TCU como: a) **Vantagem de caráter pessoal** (adicional por tempo de serviço – art. 180, item I, Lei nº 1.711/52 (com redação dada pela Lei nº 6.732/79) – art. 193, Lei 8.112/1990 – VPNI art. 62-A Lei 8.112/90 - VPNI Lei 9.527/97 – incorporação de opção de função - incorporação de quintos/décimos de função - Parcela compensatória (quintos/décimos) e Parcela compensatória (opção de função)); b) **Decisão judicial** (anuênios - incorporação de opção de função e incorporação de quintos/décimos de função) **estão isentas de proprcionalização**.

Assim, com exceção da rubrica adicional por tempo de serviço/anuênios, o “valor de referência para o cálculo da rubrica” na ficha financeira a ser preenchido será idêntico ao “valor pago” para essas rubricas.

Ademais, por se tratar de rubricas que tem função específica, **estão isentas de proporcionalização** as seguintes parcelas remuneratórias classificadas para fins de análise do TCU como: a) Abate teto; b) Parcela redutora de pensão. Nesse caso, não deve ser preenchido o “valor de referência para o cálculo da rubrica” na ficha financeira.

Portanto, observando-se as exceções supracitadas, em se tratando de aposentadoria proporcional, todas as parcelas remuneratórias registradas no ato deverão incidir a proporcionalidade dos proventos, conforme fração informada nos campos “numerador de proporcionalidade” e “denominador de proporcionalidade” da ficha financeira.

A partir de agora vamos a alguns exemplos práticos, onde a proporcionalidade da aposentadoria foi de 28/30 avos, conforme tela abaixo.



Situação 1 – rubrica vencimento/provento básico



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor que o servidor teria direito se a rubrica fosse paga integralmente (aposentadoria integral).

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, não existe um percentual a ser aplicado.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao servidor depois de aplicado a proporcionalidade dos proventos. Na situação elencada, aplicou-se a proporcionalidade de 28/30 sobre o valor de referência. 28/30 X 4749,33 = 4432,71 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 2 – rubrica adicional por tempo de serviço



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica. Como se trata de rubrica não proporcionalizada e o percentual se aplica sobre o provento/vencimento básico integral, o valor de referência sempre será igual ao valor do provento/vencimento básico integral.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, aplicou-se o percentual de 14% sobre o valor de referência.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao servidor depois de aplicado o percentual sobre o valor de referência. Na situação elencada, aplicou-se o percentual de 14% sobre o valor de referência. 14% X 4749,33 = 664,91 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 3 – rubrica Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica e a proporcionalidade da aposentadoria. Como se trata de rubrica proporcionalizada e o percentual se aplica sobre o provento/vencimento básico integral, o valor de referência sempre será igual ao valor do provento/vencimento básico integral.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, aplicou-se o percentual de 140% sobre o valor de referência.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao servidor depois de aplicado o percentual e a proporcionalidade da aposentadoria sobre o valor de referência. Na situação elencada, aplicou-se o percentual de 140% e a proporcionalidade da aposentadoria sobre o valor de referência. 28/30 x 140% x 4749,33 = 6.205,79 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 4 – rubrica de incorporação de quintos/décimos



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica e a proporcionalidade da aposentadoria. Como se trata de rubrica não proporcionalizada e sem percentual a ser aplicado, o valor de referência sempre será igual ao valor pago.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, não existe um percentual a ser aplicado.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao servidor depois de aplicado o percentual e a proporcionalidade da aposentadoria sobre o valor de referência. Na situação elencada, como não há percentual e proporcionalidade a ser aplicada, o valor pago foi igual ao valor de referência. 2500,00 = 2500,00

**Atos de pensão civil**

Segundo Súmula TCU 266, as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos "Quintos" e a vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990.

Portanto, tratando-se de parcelas remuneratórias classificadas para fins de análise do TCU como: a) **Vantagem de caráter pessoal** (adicional por tempo de serviço – art. 180, item I, Lei nº 1.711/52 (com redação dada pela Lei nº 6.732/79) – art. 193, Lei 8.112/1990 – VPNI art. 62-A Lei 8.112/90 - VPNI Lei 9.527/97 – incorporação de opção de função - incorporação de quintos/décimos de função - Parcela compensatória (quintos/décimos) e Parcela compensatória (opção de função)); b) **Decisão judicial** (anuênios - incorporação de opção de função e incorporação de quintos/décimos de função) **estão isentas de proprcionalização**.

Assim, com exceção da rubrica adicional por tempo de serviço/anuênios, o “valor de referência para o cálculo da rubrica” na ficha financeira a ser preenchido será idêntico ao “valor pago” para essas rubricas.

Ademais, por se tratar de rubricas que tem função específica, **estão isentas de proporcionalização** as seguintes parcelas remuneratórias classificadas para fins de análise do TCU: a) Abate teto; b) Parcela redutora de pensão. Nesse caso, não deve ser preenchido o “valor de referência para o cálculo da rubrica” na ficha financeira.

Portanto, observando-se as exceções supracitadas, em se tratando de pensão com paridade oriunda de aposentadoria proporcional, todas as parcelas remuneratórias registradas no ato deverão incidir a proporcionalidade dos proventos, conforme proporcionalidade dos proventos de aposentadoria.

A partir de agora vamos a alguns exemplos práticos, onde a proporcionalidade da aposentadoria foi de 32/35 avos na aba dados gerais, conforme tela abaixo.



Situação 1 – rubrica vencimento/provento básico



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor que o pensionista teria direito se a rubrica fosse oriunda de uma aposentadoria integral.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, não existe um percentual a ser aplicado.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao pensionista depois de aplicado a proporcionalidade dos proventos de aposentadoria. Na situação elencada, aplicou-se a proporcionalidade de 32/35 sobre o valor de referência. 32/35 X 4749,33 = 4342,24 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 2 – rubrica adicional por tempo de serviço



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica. Como se trata de rubrica não proporcionalizada e o percentual se aplica sobre o provento/vencimento básico da aposentadoria integral, o valor de referência sempre será igual ao valor do provento/vencimento básico da aposentadoria integral.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, aplicou-se o percentual de 10% sobre o valor de referência.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao pensionista depois de aplicado o percentual sobre o valor de referência. Na situação elencada, aplicou-se o percentual de 10% sobre o valor de referência. 10% X 4749,33 = 474,93 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 3 – rubrica Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica e a proporcionalidade da aposentadoria. Como se trata de rubrica proporcionalizada e o percentual se aplica sobre o provento/vencimento básico da aposentadoria integral, o valor de referência sempre será igual ao valor do provento/vencimento básico da aposentadoria integral.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, aplicou-se o percentual de 140% sobre o valor de referência.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao pensionista depois de aplicado o percentual e a proporcionalidade da aposentadoria sobre o valor de referência. Na situação elencada, aplicou-se o percentual de 140% e a proporcionalidade da aposentadoria sobre o valor de referência. 32/35 x 140% x 4749,33 = 6.079,14 (arredondou-se a última casa decimal)

Situação 4 – rubrica de incorporação de quintos/décimos



1) Valor de referência para o cálculo da rubrica: valor sobre o qual será aplicado o percentual da rubrica e a proporcionalidade dos proventos. Como se trata de rubrica não proporcionalizada e sem percentual a ser aplicado, o valor de referência sempre será igual ao valor pago.

2) Percentual: porcentagem a ser aplicada ao valor de referência. Na rubrica acima, não existe um percentual a ser aplicado.

3) Valor pago: valor efetivamente pago ao pensionista depois de aplicado o percentual e a proporcionalidade dos proventos sobre o valor de referência. Na situação elencada, como não há percentual e proporcionalidade a ser aplicada, o valor pago foi igual ao valor de referência. 627,18 = 627,18